

Relatório da Administração

A ETEP afere a sua receita em função da disponibilidade nas instalações sob sua operação. Os indicadores que demonstram a disponibilidade no exercício foram: Dados operacionais: 99,99% 100,00%; Disponibilidade (%): 99,99% 100,00%. A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que as funções de transmissão encontram-se disponíveis em um determinado período e o total de horas no período considerado. **Pesquisa e desenvolvimento - P&D:** Em 2019, a ETEP realizou os projetos: 1. Gestão de P&D 2019/2020; 2. Estudo e desenvolvimento de metodologias de inspeção autônoma em linhas de transmissão - Desenvolvimento de Cabeça de Série; 3. Desenvolvimento de metodologia de

otimização de traçado e projeto de linhas de transmissão empregando técnicas quantitativas em sistema de informações geográficas; 4. Fadiga de cabos de alumínio liga (CAL) 1120 e 6201: Estudo comparativo, efeito de grampos AGS e de emendas pré-farmadas; 5. Tecnologia de sensores em fibra óptica; 6. Supervisão, controle e proteção de sistemas de energia elétrica - TEC ON; 6. Desenvolvimento de Sistema de Realidade Virtual e Aumentada Para Treinamento e Auxílio à Manutenção; 7. Desenvolvimento de modelo para avaliar o desempenho do sistema de aterramento de uma linha de transmissão frente a descargas atmosféricas com base nas condições ambientais; e 8. Desenvolvimento de um sistema de monitoramento de qualidade de energia e tomada de decisões em linhas de

transmissão. Detalhes dos projetos de P&D encontram-se no site www.tbe.com.br. **Responsabilidade social:** Com o intuito de contribuir de forma efetiva na ampliação do acesso à cultura, educação de qualidade, prática de esportes e saúde a ETEP apoiou em 2019 diversos projetos sociais, através das leis de incentivo, dentre os quais destacamos: Instituto André Franco Vive, Confederação Brasileira de Rugby Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE SP e Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto. **Desempenho econômico-financeiro:** As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o padrão contábil estabelecido pelo International Accounting Standards Boards - IASB e de acordo com a Lei nº 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo

Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's). No exercício de 2019, os resultados da ETEP foram:

	Reputatório	Sociário
Lucro líquido	36.174	74.745
EBITDA	39.494	75.871

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do setor elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da ETEP. **A Diretoria**

Balancos Patrimoniais

31 de dezembro de 2019 e 2018					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Ativo Circulante		53.272	60.221	65.363	76.367
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.384	10.567	4.262	14.971
Investimento de curto prazo	4	1.154	-	1.154	-
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias		5.235	5.376	5.892	5.503
Ativo contratual concessão	5	40.206	41.505	50.277	52.710
IR e CS compensáveis		779	759	798	792
Outros tributos compensáveis		634	622	759	729
Outros ativos		1.880	1.392	2.211	1.662
Ativo não Circulante		401.843	340.996	403.868	338.071
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias		990	980	1.038	1.028
Ativo contratual concessão	5	260.089	220.690	380.917	331.046
Outros ativos		1.338	2.682	4.994	5.768
Investimentos	6	122.612	116.465	-	-
Imobilizados		16.801	63	16.900	101
Intangível		13	116	19	128
Total do Ativo		455.115	401.217	469.221	414.438

31 de dezembro de 2019 e 2018					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Passivo Circulante		53.969	30.834	55.895	32.026
Debitantes e arrendamento mercantil	7	25.989	22.860	26.007	22.860
Fornecedores		990	754	1.446	1.219
IR e CS a pagar		2.545	1.254	2.655	1.345
Outros tributos a pagar		2.972	3.060	3.424	3.124
Dividendos a pagar		16.788	-	16.788	-
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	9	1.236	2.284	1.569	2.670
Outros passivos		3.449	622	4.060	808
Passivo não Circulante		109.748	108.288	121.928	120.317
Debitantes e arrendamento mercantil	7	43.600	50.576	43.640	50.576
IR e CS diferidos	8	48.775	40.127	52.745	43.834
Provisão para contingências	10	7	-	107	214
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	9	17.366	17.585	25.436	25.693
Patrimônio Líquido		291.398	262.095	291.398	262.095
Capital social	12	120.555	116.130	120.555	116.130
Reservas de lucro	12	120.479	122.313	120.479	122.313
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	12	50.364	23.652	50.364	23.652
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		455.115	401.217	469.221	414.438

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018						
	Nota	Reservas de lucros				Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva para incentivos fiscais	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	
Saldo em 31 de dezembro de 2017		111.482	22.296	4.648	8.525	168.515
Adoção CPC 47, efeito em 1º de janeiro de 2018		-	-	-	-	-
Constituição da reserva de retenção de lucros, Adoção CPC 47		-	-	-	-	-
Aumento de capital		4.648	-	(4.648)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	57.560
Destinação proposta à AGO:		-	-	-	-	-
Reserva legal		-	930	-	-	(930)
Incentivo fiscal		-	-	4.425	-	(4.425)
Pagamento de dividendos adicionais propostos		-	-	-	(8.525)	(8.525)
Dividendos intermediários		-	-	-	(17.861)	(17.861)
Juros sobre capital próprio declarados		-	-	-	(10.692)	(10.692)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	23.652	(23.652)
Saldo em 31 de dezembro de 2018		116.130	23.226	4.425	94.662	262.095
Aumento de capital		4.425	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	74.745
Destinação proposta à AGO:		-	-	-	-	-
Reserva legal		-	885	-	-	(885)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	6.707	-	(6.707)
Pagamento de dividendos adicionais propostos		-	-	-	(16.789)	(16.789)
Pagamento de dividendos sobre lucros retidos		-	-	-	(23.652)	(23.652)
Dividendos adicionais propostos		-	-	(5.001)	-	(5.001)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	12	120.555	24.111	6.707	89.661	291.398

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018						
	Nota	Reservas de lucros				Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva para incentivos fiscais	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	
Saldo em 31 de dezembro de 2017		111.482	22.296	4.648	8.525	168.515
Adoção CPC 47, efeito em 1º de janeiro de 2018		-	-	-	-	-
Constituição da reserva de retenção de lucros, Adoção CPC 47		-	-	-	-	-
Aumento de capital		4.648	-	(4.648)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	57.560
Destinação proposta à AGO:		-	-	-	-	-
Reserva legal		-	930	-	-	(930)
Incentivo fiscal		-	-	4.425	-	(4.425)
Pagamento de dividendos adicionais propostos		-	-	-	(8.525)	(8.525)
Dividendos intermediários		-	-	-	(17.861)	(17.861)
Juros sobre capital próprio declarados		-	-	-	(10.692)	(10.692)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	23.652	(23.652)
Saldo em 31 de dezembro de 2018		116.130	23.226	4.425	94.662	262.095
Aumento de capital		4.425	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	74.745
Destinação proposta à AGO:		-	-	-	-	-
Reserva legal		-	885	-	-	(885)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	6.707	-	(6.707)
Pagamento de dividendos adicionais propostos		-	-	-	(16.789)	(16.789)
Pagamento de dividendos sobre lucros retidos		-	-	-	(23.652)	(23.652)
Dividendos adicionais propostos		-	-	(5.001)	-	(5.001)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	12	120.555	24.111	6.707	89.661	291.398

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. ("ETEPA") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 23 de março de 2001 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos, bem como participação em outras sociedades ou empreendimentos. Domiciliada no Brasil, sua sede está localizada na Rua Olímpida, 66 - 8º andar - Sala B - Vila Olímpia - São Paulo - SP. A ETEP possui o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Concessionária	Participação	Número	Prazo	Reserva até	RAP (%)	Índice de correção	Redução de 50% da RAP a partir do 16º ano de operação
ETEPA	100%	043/2001	30	2031	51,143	IGP-M	Sim
ESDE	100%	025/2009	30	2039	14,098	IPCA	Não

(*) A RAP ou Receita Anual Permitida da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.565/2019. A RAP da ESDE, acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente é de R\$14.649. Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de entrega à incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da ETEP entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo Poder Concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na Nota Explicativa "Contas a receber da concessão".

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2020. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requeridos pelas normas contábeis. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da ETEP e de sua controlada. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações e de sua controlada. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinem os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu julgamentos divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação das receitas de infraestrutura e de operação e manutenção, definição da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas. **Contabilização de contratos de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia e sua controlada efetuam análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. **Determinação da taxa de desconto do ativo contratual:** A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia e sua controlada para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia e sua controlada têm direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. **Determinação das receitas de implementação de infraestrutura:** Quando a concessionária presta serviços de implementação de infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos. **Determinação dos serviços de operação e manutenção:** Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços. Durante o exercício de 2019, a Companhia e sua controlada vem aprimorando a forma de mensuração dos fluxos de caixa para registro do Ativo Contratual. O efeito do aprimoramento no processo de estimativa de fluxos de caixa no resultado da Companhia e sua controlada exercido findo de 2019 foi de R\$ 24.509 (Controladora e Consolidado). **2.5. Critério de consolidação:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da ETEP e sua controlada em 31 de dezembro de 2019. O controle é obtido quando a ETEP estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e ter a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações: • Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controlada, de forma que as ações contábeis individuais e consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros. • Participação no capital e lucro (prejuízo) no período da empresa controlada. **2.6. Critérios de consolidação:** A tabela a seguir demonstra o investimento societário que a ETEP detém em 31 de dezembro de 2019:

Razão Social	Tipo de investimento	% participação	2019	2018
ESDE - Empresa S.A.	Controlada	100,00%	100,00%	
Dumont de Energia S.A.	Controlada	100,00%	100,00%	

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Ativos financeiros: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como "valor justo por meio do resultado". Contas a receber da concessão são classificadas como "ativo contratual pelo custo amortizado", em conformidade com o CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes (IFRS 15). Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial. **3.2. Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos:** A Administração da ETEP e sua controlada revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2019, a ETEP e sua controlada não identificaram nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos. **3.3. Passivos financeiros:** A

ETEPA e sua controlada classificam fornecedores como outros passivos financeiros, sendo estes reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado. **3.4. Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.5. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a ETEP e sua controlada possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. **3.5.1. Provisões para contingências:** As provisões são revistas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de validade aplicável, exclusões de inspeções fiscais nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A ETEP e sua controlada revisam e ajustam suas estimativas e premissas anualmente. **3.6. Arrendamentos:** A ETEP e sua controlada avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificável por um período de tempo em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a ETEP e sua controlada reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas do passivo fiscal diferido no exercício são reconhecidas como despesa de IR e CS. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento. **3.7. Tributação:** **3.7.1. Impostos sobre a receita:** As receitas da ETEP e sua controlada estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 0,65% e 1,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% e 7,6%; 3.7.2. IR e CS; **Correntes:** O IR e a CS da ETEP são calculados pelo regime de lucro real e sua controlada ESDE é optante pelo regime do lucro presumido. **Diferidos:** Impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IR e CS. **Diferida:** Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (lele tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **3.8. Reconhecimento da receita:** Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado, for possível identificar os diretos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação a qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: **3.8.1. Receita de implantação de infraestrutura:** Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos. Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, a ETEP e sua controlada utilizaram um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período. **3.8.2. Receitas de remuneração dos ativos da concessão:** Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento de concessão. **3.8.3. Receitas de operação e manutenção:** Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, bem como Encargos Regulatórios (Reserva Global de Reversão "RGR" e Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica "TFSEE") registrados no passivo não circulante. **3.8.4. Receitas de juros:** A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. **3.9. Resultado por ação:** A ETEP e sua controlada efetuam os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). **3.10. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019:** A Companhia adotou a partir de 1º de janeiro de 2019 as normas abaixo: • ICPAC 22 (IFRIC 23) - Incerteza sobre tratamento de trib

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	Controladora	
	2019	2018
Lucro antes do IR e CS	86.876	66.132
Juros sobre capital próprio	-	(10.692)
Lucro antes do IR e CS após IJPC	86.876	55.440
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
	29.539	18.850
(-) Exclusão de "AVP" - Artigo 84 da IN 1515, de novembro 2014	(2.749)	(8.991)
Equivalência patrimonial	(6.850)	(3.479)
Despesas e provisões indedutíveis	(398)	625
Adoção CPC 47 - IN 1753/2017	(9.262)	824
Outras	25	(24)
	10.305	7.805
Constituição de passivo (ativo) tributário diferido	8.295	5.845
Incentivo Fiscal	(6.707)	(4.426)
Lei rouanet/Esporte/FIA	(90)	(243)
(-) Exclusão do Artigo 69 Inciso IV da Lei 12.973, de maio 2014	350	(350)
Ajuste de exercícios Anteriores	(22)	(59)

	Controladora	
	2019	2018
IR e CS no resultado	12.313	8.572
IR e CS correntes	(3.486)	(2.377)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(8.645)	(6.195)
Taxa Efetiva	13,96%	12,96%
16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS		
Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se de seus correspondentes valores de mercado. Em 31 de dezembro de 2019, a ETEP não tinha contratos em aberto envolvendo operações com derivativos. a) Classificação dos instrumentos financeiros: Caixa e equivalentes de caixa são classificados como valor justo por meio do resultado. Contas a receber da concessão é classificado como ativo contratual pelo custo amortizado. Debêntures, líquidos dos custos a amortizar, e fornecedores são classificados como outros passivos financeiros e mensurados pelo custo amortizado. b) Hierarquia do valor justo: A ETEP e sua controlada utilizam a seguinte		

hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: • Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e • Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis I e II, nem para dentro ou fora do nível III. A ETEP e sua controlada classificam os saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários como nível I. c) **Gerenciamento de riscos:** Os principais fatores de risco inerentes às operações da ETEP e da sua controlada podem ser assim identificados: • Risco de crédito - a ETEP e sua controlada mantêm contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica e aproximadamente 916 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a ETEP e sua controlada mantêm contratos regulando a prestação de seus serviços nas Demais Instalações de Transmissão (DIT) e também com cláusula de garantia bancária; • Risco de preço - a receita da ETEP é, nos termos do contrato de concessão, reajustada anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M e a receita da sua

controlada ESDE é nos termos do contrato de concessão, reajustada anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA. • Risco de taxas de juros - a atualização dos contratos de debêntures da ETEP está vinculada à variação do CDI e os contratos de financiamento da ESDE estão vinculados à TJLP; • Risco de liquidez - a principal fonte de caixa da ETEP e da sua controlada é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão (DIT) é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL. A Administração da ETEP e sua controlada não consideram relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

17. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A ETEP e sua controlada oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale-transporte, vale-refeição e plano de previdência privada de contribuição definida.

18. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

A ETEP e sua controlada mantêm contrato de prestação de serviços de operação e manutenção pelo prazo da concessão no valor mensal de R\$100.

A Diretoria

Contador: Willian Yoshiyuki Takahagi - CRC 1SP263.345/O-3

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.** São Paulo - SP - **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações dos resultados, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **Mensuração do ativo contratual:** Conforme divulgado na nota explicativa 5 às demonstrações contábeis, a Companhia e suas controladas avaliam que mesmo após a conclusão

da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia e suas controladas passem a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do ativo contratual da Companhia era de R\$300.295 mil e R\$431.194 mil para a controladora e consolidado, respectivamente. O ativo de contrato refere-se ao direito da Companhia e suas controladas à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo margem de construção, margem de operação e manutenção e receita de remuneração dos ativos da concessão. O reconhecimento do ativo contratual e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS 15 - Revenue from contract with customer) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia e suas controladas em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra e margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu este assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; ii) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; iii) análise das premissas e julgamentos utilizados pela administração para definição da margem de construção e margem de operação e manutenção; iv) com apoio de profissionais especializados em avaliação de empresas para nos auxiliar na revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos, e na definição na taxa de desconto utilizada no modelo; e v) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia e suas controladas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo contratual da Companhia e suas controladas, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de determinação da receita de construção e do ativo de contrato adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 5, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis

individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 28 de março de 2019, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou de suas controladas, cessar suas operações ou de suas controladas, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria

apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de março de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Rita de C. S. Freitas
Contadora - CRC-1SP214160/O-5

